

Bancários na GREVE GERAL: 56 agências fechadas contra as reformas



Júlio César Costa

A segunda greve geral contra as reformas da Previdência Social e trabalhista, deflagrada no último dia 30 de junho no país, atingiu 56 agências em Campinas e em sete cidades da base. A exemplo da primeira greve geral deste ano, realizada no dia 28 de abril, 27 agências (e departamentos) do Banco do Brasil, Caixa Federal, Itaú, Bradesco e Santander, instaladas no Centro de Campinas, permaneceram fechadas durante todo o dia; em nove bairros, paralisação dos serviços em 13 agências do BB, Caixa Federal, Bradesco e Santander.

Na Região, 16 agências dos dois bancos públicos fechadas nas cidades de Americana, Amparo, Indaiatuba, Hortolândia, Mogi Guaçu, Paulínia e Sumaré. A participação da categoria na greve geral foi aprovada em assembleia realizada no último dia 21, na sede do Sindicato.

Reformas: retrocesso

As reformas da Previdência Social e trabalhista, propostas pelo governo federal, representam retrocesso. A



Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 287, que tramita na Câmara dos Deputados, coloca em risco a Previdência Social e toda a estrutura de proteção social construída a partir da Constituição de 1988, aponta estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Além disso, estimula a previdência privada. Inclusive a PEC 287 já provocou a procura por planos de aposentadoria complementar, segundo dados da Fecomércio-SP.

Já a reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 26 de abril, e em tramitação no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, é a “mais profunda e extensa” nos últimos 70 anos, segundo análise do escritório LBS Advogados, que presta assessoria ao Sindicato.

Entre os fundamentos da reforma trabalhista, estudo do Dieese destaca: revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador e,

segundo o qual, o primeiro é a parte mais fraca na relação de emprego, reduzindo a proteção do Estado aos trabalhadores e aumentando as garantias e a liberdade de ação das empresas nas relações de trabalho; redução do poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos, possibilitando acordos individuais; autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei por meio do princípio da prevalência do negociado sobre o legislado; ampliação da participação de contratos atípicos e do trabalho autônomo; e forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista.

Terceirização

E mais: a reforma trabalhista libera a terceirização de forma irrestrita, permitindo assim correções de eventuais interpretações ambíguas da Lei 13.429/2017, que regulamentou, recentemente, o trabalho temporário e a terceirização; e acaba com a contribuição sindical obrigatória.



CPA 10 e 20: cursos em Campinas e Itatiba

O Sindicato já abriu o prazo de inscrição para os novos cursos de CPA 10 e 20, a ser realizado a partir deste mês de julho até setembro em Campinas e Itatiba. O bancário sindicalizado deve se inscrever no Atendimento do Sindicato (sede em Campinas) ou, se preferir, via e-mail: atendimento@bancarioscampinas.org.br. Já o bancário não sindicalizado deve se inscrever no site www.cdhp.com.br. Em Campinas, o prazo termina no próximo dia 21; em Itatiba, no dia 27 deste mês de julho.

Os cursos serão ministrados pelo professor Alexandre Milanezi no Centro de Desenvolvimento Humano e Profissional (CDHP), localizado à Rua Irmã Serafina, 863, 9º andar, Centro, Campinas. Em Itatiba, o local ainda não está definido.

Aulas

Campinas, CPA 10, terças e quintas-feiras (25 e 27 de julho; 1º, 3, 8, 10 e 15 de agosto). CPA 20, terças e quintas-feiras (25 e 27 de julho; 1º, 3, 8, 10, 15, 17, 22, 24, 29 e 31 de agosto). **Horário:** das 19h às 23h (15 minutos de intervalo). **Itatiba**, CPA 10, aos sábados (29 de julho; 5, 12 e 19 de agosto). CPA 20, aos sábados (29 de julho; 5, 12, 19 e 26 de agosto; 2 de setembro). **Horário:** das 9h às 18h (intervalo de 1h). **Carga horária:** CPA 10, 28h; CPA 20, 44h.

Custo

CPA 10: bancário sindicalizado, R\$ 342,00; em três parcelas de R\$ 114,00. Bancário não sindicalizado, R\$ 570,00.

CPA 20: bancário sindicalizado, R\$ 534,00; em três parcelas R\$ 178,00. Bancário não sindicalizado, R\$ 890,00.

Diretor do Sindicato é candidato ao Conselho Deliberativo da Fundação Itaú Unibanco

Entre os dias 19 e 27 deste mês de julho serão eleitos os integrantes dos conselhos Deliberativo e Fiscal e dos Comitês de Planos da Fundação Itaú Unibanco, futuros representantes dos participantes ativos, autopatrocinados, desligados em fase de opção e optantes pelo BPD. O mandato será de quatro anos.

A eleição será via site da Fundação ou via URA (fone 0800.283-1676); a senha será enviada pelos Correios. Para eleger os conselheiros Deliberativo e Fiscal, o participante votará em chapa; para os Comitês de Planos, o participante votará em um

dos candidatos de seu plano.

Chapa 1

A diretoria do Sindicato apoia a **Chapa 1** para os conselhos Deliberativo e Fiscal. O vice-presidente **Mauri Sérgio Martins de Souza**, atual conselheiro fiscal da Fundação Itaú Unibanco, é candidato a conselheiro deliberativo efetivo, junto com **Erica Monteiro de Godoy**, pela Chapa 1. Para o Conselho Fiscal, os candidatos da Chapa 1 são: **Ted Silvino Ferreira** e **Onísio Paulo Machado**.

Comitês de Planos

Para os Comitês de Planos, a diretoria do Sindicato apoia os se-

guintes candidatos: Darci Torres Medina (**Lobão**), Plano Itaúbanco CD; Carlos Miguel Barreto Damarindo (**Carlão**), Plano Futuro Inteligente e Itaúbank; **Marcelo** Abrahão, Plano PAC; **Liliane** Kely de Oliveira Barbosa de Carvalho, Plano 002; **José Geraldo** Martins, Plano Prebeg; e **Adriano** Campos Rodrigues, Planos Itaulam Básico, Itaulam Suplementar, Franprev e BD UBB Prev.

Vote

Participante, exerça o seu direito: vote. Mais informações podem ser obtidas no site www.fundacaoitauni-banco.com.br.

DIREITO

Júlio César Costa



CURSO DE PATERNIDADE: A presidente do Sindicato, Stela, e o diretor de Imprensa, Lourival Rodrigues, durante abertura do curso de paternidade responsável realizado na sede em Campinas, nos dias 28 e 29 de junho último. Dirigido aos bancários interessados em solicitar licença-paternidade ampliada, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), o curso teve duração de seis horas; com aulas ministradas por psicólogo e enfermeiro.

Licença de 20 dias: A cláusula 26ª da CCT prevê a prorrogação por 15 dias da licença-paternidade de cinco dias garantida pela Constituição Federal.

ESPORTE

Torneio de Soçaite em Americana

A subsede do Sindicato em Americana realiza Torneio de Futebol Soçaite no dia 29 deste mês de julho, na sede Náutica do Rio Branco Esporte Clube. O prazo de inscrição já está aberto e se estende até o próximo dia 24.

Como se inscrever: envie mensagem para americana@bancarioscampinas.org.br ou na subsede (Rua Washington Luiz, 501, Sala 12, centro).

Quem pode participar: sindicalizado, dependentes, filhos (acima de 18 anos que estejam fora do quadro de de-

pendentes), sócio usuário e sócio contribuinte do Clube dos Bancários em Campinas e até dois convidados. O time deve ser formado por oito atletas (mínimo) ou 12 atletas (máximo). **Ação solidária:** Doe um litro de leite (longa vida) ou uma lata de leite em pó (por pessoa). Os alimentos arrecadados serão doados à entidade assistencial.

Aviso: Bancários que queiram participar do Torneio, mas não têm time completo, entrem em contato com a subsede (3406-7869).

ESPORTE

Campeonato de Férias no Clube

O 6º Campeonato de Férias dos Bancários, modalidade Futebol Soçaite, teve início no dia 4 deste mês de julho e se estende até o próximo dia 22, no Clube, no período noturno.

Torneio de tênis

Está aberto o prazo de inscrição para o Torneio de Tênis, categoria individual, a ser realizado no dia 22 de julho no Clube; no mesmo dia, final do Campeonato de Férias dos Bancários.

Os interessados podem se inscrever via e-mails: atendimento@bancarioscampinas.org.br e esportes@bancarioscampinas.org.br ou pelo telefone (19) 3731-2688 até o dia 17 de julho. É permitida a inscrição de um convidado.

Quem pode participar: sindicalizado, dependente, sócio usuário e sócio contribuinte.

Correção

Na matéria intitulada "Diretor do Sindicato toma posse no Conselho do FGTS", publicada na edição 1514 (12/06/2017) deste jornal, onde se lê "A GIFUG Campinas (Gerência de Filial do FGTS) responde por 67 agências na região"; leia-se, "A GIFUG Campinas (Gerência de Filial do FGTS) atende a 245 agências, localizadas em 189 cidades, e tem abrangência nas regiões de Campinas, Jundiá, Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba e em sete cidades localizadas no Vale do Ribeira".

Sindicato dos Bancários CUT Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: ANA STELA ALVES DE LIMA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIR GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETOR DE IMPRENSA: LOURIVAL RODRIGUES

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 10.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Congressos do BB e Caixa aprovam luta em defesa dos bancos públicos

O 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Federal (Conecef) e o 28º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizados nos dias 1º e 2 deste mês de julho em São Paulo, aprovaram intensificar a mobilização em defesa dos bancos públicos. Inclusive na abertura dos congressos foi apresentada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos; lançada oficialmente no último dia 13 de junho, no Senado Federal (veja matéria abaixo).

Além da luta conjunta contra o desmonte dos bancos públicos, via processos de reestruturação, os dois congressos aprovaram pautas específicas. Neste ano, cabe lembrar, não haverá Campanha Salarial da categoria; a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), assinada no ano passado, tem validade de dois. Dentre outros pontos, a CCT garante a reposição da inflação (setembro de 2016 a agosto deste ano), aumento real de 1% e manutenção da PLR.

Caixa Federal

O 33º Conecef reuniu 316 dele-



Júlio César Costa

28º Congresso Nacional dos Funcionários do BB

gados (165 homens e 151 mulheres); entre eles, cinco diretores do Sindicato: Carlos Augusto Silva (Pipoca), Gabriel Musso, Lilian Minchin, Marcelo Lopes e Sílvio Kuniyoshi. Entre as resoluções aprovadas, retomada das contratações; mobilização contra o processo de reestruturação; prevenção de doenças do trabalho e definição de políticas de saúde mental; realização de campanha permanente pelo cumprimento da jornada de trabalho e pelo correto registro das horas trabalhadas; manutenção do mo-

delo de custeio do Saúde Caixa (70% para Caixa e 30% para os usuários) sem inclusão de teto de contribuição para o banco; democratização da Funcef; fim do voto de Minerva e intensificar luta contra o PLP 268/2016, que reduz a representação dos empregados na Fundação; cobrar responsabilidade da Caixa com o contencioso judicial; não à verticalização; fim dos descomissionamentos arbitrários; luta pelo não fatiamento da Caixa e pela manutenção da gestão pública do FGTS no banco.

Banco do Brasil

O 28º Congresso Nacional dos Funcionários do BB reuniu 309 delegados (160 homens e 149 mulheres); entre eles, os diretores Elisa Ferreira, José Roberto Nogueira Bastos, Maria Aparecida da Silva (Cida) e Marcos Eduardo de Moraes. As propostas aprovadas versam sobre os impactos do processo de reestruturação; banco digital; emprego; carreira; igualdades de oportunidades; saúde do trabalhador; pejotização; terceirização; Cassi; e Previ.



33º Conecef

MOBILIZAÇÃO

Lançada Frente parlamentar em defesa dos bancos públicos, no Senado

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos foi lançada no Senado Federal último dia 13 de junho, durante seminário intitulado “Estratégias para financiar o desenvolvimento” no auditório Interlegis. A presidente do Sindicato, Stela, e o diretor Carlos Augusto Silva participaram do lançamento. O seminário contou com vários expositores; entre eles, os professores Luiz Gonzaga Belluzzo

(Unicamp e Facamp) e Fernando Nogueira da Costa (Instituto de Economia da Unicamp).

A Frente é formada por deputados federais, senadores, representantes dos movimentos sindical, social e associativo; tem como papel principal ampliar o debate sobre a importância dos bancos públicos como instrumentos de fomento ao crédito e às políticas sociais. Entre os organismos que pro-

puseram a criação da Frente, está o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Criado no calor da luta contra o Projeto de Lei do Senado 555, que viria a se tornar a lei de Responsabilidade das Empresas Estatais (nº 13.303, de 30 de junho de 2016) e coordenado por Rita Serrano, o Comitê lançou a campanha “se é público, é para todos” na sede do Sindicato, no dia 27 de outubro do ano passado.

Jurídico

Estabilidade da bancária gestante

Pergunta: A Bancária grávida que perde o bebê antes da licença maternidade perde a estabilidade?

Resposta: A estabilidade da bancária gestante é prevista na Cláusula 27ª, incisos “a” e “i” da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente e é de 60 (sessenta) dias após o término da licença maternidade pelo inciso “a” (1).

A licença maternidade é de 120 dias (Artigo 7º, XVIII da CF e 392 da CLT), podendo ser prorrogada por mais 60 (sessenta) dias iniciados imediatamente após o término dos primeiros 120 (cento e vinte) dias desde que haja a concordância do banco, a vigência das leis de incentivo fiscal e preenchimento dos demais requisitos, nos termos da cláusula 25ª da mesma CCT.

Se a gravidez for interrompida, a bancária terá estabilidade de 60 (sessenta) dias após a data comprovada do aborto por meio de atestado médico, não fazendo jus, obviamente, a licença maternidade, mas tão somente aos 60 (sessenta) dias pós-interrupção previstos no inciso “i” da cláusula 27ª da Convenção coletiva vigente.

Assim, a bancária perde a estabilidade do inciso “a”, pois não fará jus a licença-maternidade em virtude de ter cessado a gravidez, mas terá garantida a estabilidade do inciso “i” por ter havido a interrupção pelo aborto.

Louise Helene Teixeira,
advogada do Departamento Jurídico do Sindicato

(1) Mais benéfica que a legislação vigente, que confere cinco (5) meses após o parto pelo art. 10, II, “b”, do ato das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, inclusive no curso do aviso prévio, ainda que indenizado, nos termos do artigo 391-A da CLT.

Clube

**DO SINDICATO DOS
BANCÁRIOS**

convida para o

1º FORRÓ DOS BANCÁRIOS



15 DE JULHO A PARTIR DAS **17H**
ENTRADA FRANCA

MÚSICA AO VIVO:

**ZÊ PARAÍBA
E BANDA**

Venda de:

**churrasco, pastel, pipoca,
milho verde, doces típicos, vinho
quente e quentão.**

Endereço do Clube: Rua Nazaré Paulista, 858, Jardim das Paineiras, Campinas

**Sindicato dos
Bancários 
Campinas e Região**